

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 18.

O conceito de racismo, criado no início do século XX, já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Ainda hoje, as várias definições de racismo nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdo e significado, daí nossa falta de consenso também na busca de soluções contra o racismo.

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado com base na raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças, cada qual com características físicas hereditárias comuns, que serviriam de suporte para as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas de cada grupo, e, quando comparadas às características de outras raças, se situariam em uma escala desigual de valores.

Visto desse ponto de vista, o racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça, no imaginário do racista, não remete exclusivamente a um grupo definido por seus traços físicos. A raça, para um indivíduo racista, reúne pessoas em um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual pertence. Dito de outro modo, o racismo é uma tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Nesse sentido, podemos afirmar que o racismo nasce quando se empregam características biológicas como justificativa de tal ou tal comportamento. É justamente o estabelecimento da relação intrínseca entre características biológicas e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores.

Internet: <geledes.org.br> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, a falta de consenso na busca de soluções advém da conceituação equivocada de racismo.
 - 2 Depreende-se do texto que a conceituação de raça no sentido sociológico consiste em uma abordagem antiquada e já superada pela ciência moderna.
 - 3 De acordo com as ideias apresentadas no texto, a ideologia racista atrela, necessariamente, as características físicas de um indivíduo a suas características morais, psicológicas, intelectuais e culturais.
 - 4 Conclui-se do texto que a hierarquização de pessoas a partir de critérios biológicos é o que mantém e agrava a desigualdade social existente no mundo.
 - 5 O texto limita-se a apresentar fatos a respeito do o racismo, sem posicionar-se explicitamente com relação à temática abordada ou defender um ponto de vista.
-
- Com base na estrutura linguística e no vocabulário empregados no texto, julgue os itens seguintes.
- 6 O período “O conceito de racismo, criado no início do século XX, já foi objeto de diversas leituras e interpretações.” poderia ser reescrito, mantendo-se as ideias originais e a correção gramatical do texto, da seguinte forma: **O racismo, cujo conceito já foi objeto de diversas leituras e interpretações, foi criado no início do século XX.**
 - 7 O pronome “lhe”, em “Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdo e significado”, remete ao “conceito de racismo” mencionado no período inicial do texto e retomado por meio da expressão “esse conceito”, no segundo período do texto.
 - 8 O trecho iniciado por “daí”, em “Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdo e significado, daí nossa falta de consenso também na busca de soluções contra o racismo.”, pode ser considerado uma conclusão acerca das ideias apresentadas na primeira parte do período.
 - 9 “Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado com base na raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções.”, a substituição da expressão “com base na” por **apartir da** manteria a coerência entre as ideias do texto, além de sua correção gramatical.
 - 10 A expressão “Com efeito” em “Com efeito, com base nas relações entre ‘raça’ e ‘racismo’, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças”, exprime circunstância de intensidade no contexto em que se insere.

- 11 No trecho “que serviriam de suporte para as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas de cada grupo”, a substituição do trecho “serviriam de suporte para” por **justificariam** manteria a correção gramatical e a coerência das ideias do texto.
- 12 É facultativo o emprego de vírgula logo após a conjunção “e”, no trecho “que serviriam de suporte para as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas de cada grupo, e, quando comparadas às características de outras raças, se situariam em uma escala desigual de valores.”.
- 13 A palavra **inerente** pode ser considerada um sinônimo para a palavra “intrínseca” no trecho “racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”.
- 14 A palavra “imaginário” , no período “O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça, no imaginário do racista, não remete exclusivamente a um grupo definido por seus traços físicos.”, foi empregada no texto com sentido denotativo.
- 15 No período “O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça, no imaginário do racista, não remete exclusivamente a um grupo definido por seus traços físicos.”, a substituição da expressão “a um grupo definido” por **à uma classe definida** manteria as ideias do texto, mas prejudicaria a correção gramatical.
- 16 No período “A raça, para um indivíduo racista, reúne pessoas em um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual pertence.”, está implícita a palavra “traços” após a palavra “aos”.
- 17 A oração iniciada por “que consiste” , no período “Dito de outro modo, o racismo é uma tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.”, completa sintaticamente o nome “tendência”, exercendo, portanto, o papel de complemento nominal.
- 18 No trecho “quando se empregam características biológicas como justificativa de tal ou tal comportamento”, é facultativo o emprego do pronome “se” após a forma verbal “empregam”, da seguinte forma: **empregam-se**.

Com base no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir, acerca da redação oficial.

- 19 A clareza e a impessoalidade são características esperadas em um texto oficial.
- 20 Um dos documentos oficiais mais utilizados no serviço público é o chamado padrão ofício.

Em um time de futebol, os números das camisas dos 11 jogadores titulares dessa equipe são:

- goleiro: 1;
- zagueiros: 3 e 38;
- laterais: 6 e 43;
- meio-campistas: 10, 17 e 25; e
- atacantes: 77, 96 e 99.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21 Se o número sorteado for par, a probabilidade de ele ser maior do que 50 é de 25%.
- 22 Escolhendo dois jogadores diferentes dentre os 10 jogadores de linha, podem ser formadas exatamente 90 duplas distintas para o aquecimento do goleiro.
- 23 A média aritmética dos números das camisas dos 11 jogadores titulares é superior a 38.
- 24 A mediana dos números das camisas dos 11 jogadores titulares é igual a 25.

As idades de Ana, Beatriz e Cecília formam, nessa ordem, uma progressão aritmética. Sabe-se que a soma das idades atuais de Ana e Cecília é igual a 38 e que, há cinco anos, a idade de Beatriz era o dobro da idade de Ana.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 25 A idade atual de Ana é 10 anos.
- 26 A soma das idades atuais das três é igual a 57 anos.
- 27 Há algum ano, no passado ou no futuro, em que essas idades formam uma progressão geométrica.

Admitindo-se que as proposições “A aranha subiu pela parede se, e somente se, o morcego é bilionário” e “Se o morcego é bilionário, então o coringa usa maquiagem” são falsas.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 28 A negação da proposição “A aranha subiu pela parede se, e somente se, o morcego é bilionário” é “Ou a aranha subiu pela parede, ou o morcego é bilionário”.
- 29 As proposições “Se o morcego é bilionário, então o coringa usa maquiagem” e “O morcego não é bilionário ou o coringa usa maquiagem” são logicamente equivalentes.
- 30 A proposição “O coringa usa maquiagem e a aranha subiu pela parede” é verdadeira.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destras; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos tipos de computadores, da ferramenta Google Meet e do sistema operacional Windows 10, julgue os itens a seguir.

- 31 Os supercomputadores são projetados para as tarefas que exigem altíssimo poder de processamento, como simulações climáticas, criptografia e modelagem científica.
- 32 Um *notebook* é um tipo de computador pessoal (PC) com portabilidade, geralmente com bateria integrada, teclado embutido e tela própria.
- 33 O Google Meet permite que apenas usuários com contas pagas do Google Workspace participem de reuniões virtuais.
- 34 Durante uma reunião no Google Meet, é possível compartilhar apenas a tela inteira do computador, e não janelas específicas ou guias do navegador.
- 35 O recurso Histórico de Área de Transferência do Windows 10 permite ao usuário acessar apenas o último item copiado com o atalho **Ctrl** + **V**.

Quanto ao uso de *webmails*, ao Google Drive e à computação em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 36 Um *webmail* é um serviço de *e-mail* acessado diretamente por meio de um navegador *web*, sem a necessidade de instalação de programas como Outlook.
- 37 A lixeira do Gmail exclui automaticamente mensagens após sete dias e sete horas, independentemente da ação do usuário.
- 38 O Google Drive permite armazenar, compartilhar e colaborar arquivos em tempo real com outros usuários, desde que tenham conta Google.
- 39 A computação em nuvem elimina completamente a necessidade de computadores locais, pois todos os dados e todas as aplicações passam a ser acessados exclusivamente via Internet.
- 40 A computação em nuvem oferece diferentes modelos de serviço, como IaaS (Infraestrutura como Serviço), PaaS (Plataforma como Serviço) e SaaS (*Software* como Serviço).

**RASCUNHO**

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A respeito da Lei nº 8.429/1992, que trata a respeito das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 41** O exercício da função pública está diretamente relacionado às atribuições legais do agente público. Por essa razão, o simples desempenho das suas atividades, ainda que resulte em prejuízo causado por ato culposos, pode, por si só, caracterizar ato de improbidade administrativa.
- 42** O agente público que praticar ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração Pública poderá ser sancionado com multa civil de até 24 vezes o valor da sua remuneração e estará sujeito à proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, de forma direta ou indireta, inclusive por meio de pessoa jurídica da qual detenha participação majoritária, pelo prazo máximo de 4 anos.
- 43** A omissão dolosa do agente público, decorrente de divergência interpretativa da norma legal, com base em jurisprudência não pacificada, pode caracterizar ato de improbidade administrativa caso resulte em prejuízo ao erário.
- 44** A pena de suspensão dos direitos políticos, aplicada em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito, será de até 14 anos.
- 45** Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão – dolosa ou culposa – do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Com base na Lei nº 9.784/1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens seguintes.

- 46** A Lei que regula o processo administrativo tem por finalidade resguardar os interesses da Administração Pública, diante da sua supremacia em relação aos administrados, motivo pelo qual os atos de instrução que demandem a participação dos interessados devem ser realizados da forma menos onerosa para o ente público.
- 47** O administrado tem o direito de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- 48** Na instrução do processo administrativo, as provas propostas pelos interessados, quando protelatórias, poderão ser recusadas mediante decisão fundamentada.
- 49** Concluída a instrução do processo administrativo, a Administração dispõe de prazo de até 60 dias para proferir decisão, salvo se houver prorrogação por igual período, devidamente motivada.

À luz do Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (LAI), julgue os itens a seguir.

- 50** Com a finalidade de garantir a eficiência das atividades da Administração Pública, a classificação de informações sigilosas, em qualquer grau de sigilo, pode ser delegada ou subdelegada, mediante decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou da entidade.
- 51** Qualquer pessoa pode formular pedido de acesso à informação. No entanto, solicitações genéricas não serão atendidas.

De acordo com as diretrizes da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, julgue os itens seguintes.

- 52** O tratamento de dados pessoais, em quaisquer hipóteses, somente poderá ser realizado mediante consentimento expresso de seu titular, uma vez que a LGPD tem por finalidade proteger os interesses da pessoa natural.
- 53** Em caso de violação das normas legais, os agentes de tratamento de dados pessoais poderão ser advertidos pela autoridade competente, sendo-lhes fixado prazo para a adoção de medidas corretivas.
- 54** A competência da autoridade nacional restringe-se à fiscalização das operações de tratamento de dados pessoais realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, uma vez que cabe a cada entidade pública o acompanhamento de suas próprias atividades.

Acerca da legislação anticorrupção, prevista na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129/2022, julgue os itens a seguir.

- 55** A investigação preliminar a respeito da ocorrência de ato lesivo à Administração Pública Federal será conduzida diretamente por comissão composta de dois ou mais membros, designados entre servidores temporários ou efetivos, desde que investidos em função de confiança.
- 56** Após a investigação preliminar, a competência para a instauração e para o julgamento do processo administrativo de responsabilização é privativa do Ministério Público estadual do local onde ocorreu o ato lesivo.
- 57** A pessoa jurídica poderá acompanhar o processo administrativo de responsabilização por meio dos seus representantes legais ou procuradores, sendo-lhes assegurado amplo acesso aos autos. Contudo, é vedada a retirada de autos físicos da repartição pública, sendo autorizada a obtenção de cópias, preferencialmente em meio digital, mediante requerimento.
- 58** Compete à Controladoria-Geral da União celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal e nos casos de atos lesivos contra a administração pública estrangeira.

- 59** A celebração do acordo de leniência é um direito potestativo da pessoa jurídica, motivo pelo qual a Administração não pode impor condições para a sua celebração.
- 60** A desistência da proposta de acordo de leniência ou a sua rejeição não importará em reconhecimento da prática do ato lesivo.

À luz do Decreto nº 79.822/1977, que regulamenta a Lei nº 5.766/1971, responsável pela criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia, julgue os itens seguintes.

- 61** Compete ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) exercer função normativa e baixar atos necessários à execução da legislação reguladora do exercício da profissão.
- 62** A assembleia dos delegados regionais será constituída por três delegados eleitores de cada Conselho Regional.
- 63** Compete à assembleia geral elaborar e alterar o regimento do CFP.
- 64** A assembleia geral do Conselho Regional reunir-se-á em primeira convocação com a maioria absoluta dos seus integrantes e nas convocações subsequentes, com qualquer número de integrantes.

À luz da Resolução CFP nº 16/2001, que aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, julgue os itens a seguir.

- 65** A comissão de orientação e fiscalização (COF) possui o objetivo de coordenar e executar, na sua jurisdição, as atividades de orientação e de fiscalização do exercício profissional e assistir o plenário do CRP nos assuntos da sua competência.
- 66** A comissão gestora de cada subsede será nomeada por Portaria, aprovada em plenário, assinada pelo presidente do CRP-6, e composta de três a cinco membros, de acordo com o número de psicólogos da respectiva região.
- 67** A reunião plenária extraordinária só poderá ser instalada com a presença de todos os membros da diretoria, sob pena de nulidade da convocação.

Quanto à Resolução CFP nº 3/2007, que institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia, julgue os itens seguintes.

- 68** Nas suas entrevistas e comunicações de trabalhos científicos, o psicólogo poderá utilizar-se dos meios de comunicação sociais sempre que o objetivo for informativo ou educativo.
- 69** A inscrição do profissional no Conselho Regional de Psicologia, realizada com certificado de colação de grau, terá caráter definitivo. Assim, ela será identificada em todos os documentos.
- 70** Os profissionais e as pessoas jurídicas que não efetuarem o pagamento ao Conselho, dos valores de sua responsabilidade, até o dia 1º de abril do ano subsequente ao vencido, serão considerados inadimplentes.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que trata da realização de pesquisa de preços, julgue os itens a seguir.

- 71** A Instrução Normativa aplica-se às aquisições de bens e à contratação de serviços em geral, incluindo as contratações de obras e serviços de engenharia.
- 72** Considera-se superfaturamento o preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas um item ou seja do valor global do objeto.
- 73** O orçamento estimado para a contratação poderá ser mantido em sigilo, desde que devidamente justificado, sem comprometer a divulgação dos quantitativos detalhados e das demais informações essenciais para a elaboração das propostas, exceto no caso de licitação em que o critério de julgamento seja o maior desconto.

Considerando os princípios, os instrumentos auxiliares e as definições previstas na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens seguintes.

- 74** Ata de registro de preços compreende um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação.
- 75** Na aplicação dessa Lei, serão observados, entre outros princípios, o da legalidade, o da impessoalidade; o da moralidade, o da publicidade, o da eficiência, o do interesse público, o da probidade administrativa, o da igualdade, o do planejamento, o da transparência, o da motivação, o da vinculação ao edital e o do julgamento objetivo.
- 76** O credenciamento é um procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto.
- 77** Empresas que aderem ao procedimento de manifestação de interesse podem ser reembolsadas pelo Poder Público. Esse reembolso cobre os custos de estudos e projetos, caso esses materiais sejam utilizados em uma licitação futura na qual a empresa não participe ou não vença. Essa medida garante que o Poder Público não se beneficie injustamente, evitando o enriquecimento sem causa.

O Conselho Regional de Psicologia do Estado Z construiu um nova sede e, para isso, pediu ao departamento de projetos que elaborasse um anteprojeto. Em seguida, foi elaborado o projeto básico. Após isso, o Conselho desenvolveu o termo de referência, e escolheu como tipo de contratação a empreitada integral. A licitação desse serviço especial de engenharia foi realizada por meio da concorrência, e o critério de julgamento escolhido será o de maior desconto.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 78** Das setes fases estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, a de divulgações do edital de licitações é a segunda fase.
- 79** O termo de referência corresponde ao conjunto de elementos necessários e suficientes para definir e dimensionar a obra ou o serviço objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental.
- 80** O anteprojeto compreende uma peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, enquanto o estudo técnico preliminar evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução.
- 81** A empreitada integral é o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia e fornecer bens necessários para a entrega final do objeto.
- 82** Além da concorrência, o pregão poderá ser utilizado nesse tipo de contratação, cujo critério de julgamento também pode ser o de maior desconto.
- 83** O prazo mínimo para a apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, será de 25 dias úteis.

Com base nos dispositivos de divulgação do edital de licitação da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens seguintes.

- 84** O órgão de assessoramento jurídico da Administração realizará o controle prévio de legalidade e de mérito das contratações.
- 85** A análise jurídica pode ser dispensada em casos definidos pela autoridade competente, levando em consideração o baixo valor, a simplicidade da contratação, a entrega imediata do bem ou o uso de modelos de contratos previamente aprovados.
- 86** A publicidade do edital de licitação será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas, mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos.

Acerca do processo licitatório da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens seguintes.

- 87** Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.
- 88** O edital não poderá prever a responsabilidade do contratado pela realização de desapropriação, pois tal ato é competência exclusiva do Poder Público, sendo uma intervenção estatal na propriedade privada, sujeita a procedimentos e a garantias legais específicos.
- 89** Poderá ser estabelecida uma margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.
- 90** O edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação que seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica.
- 91** Quanto ao encerramento de um procedimento licitatório, deverá ser assegurada a manifestação prévia dos interessados nos casos de anulação e adjudicação.

A respeito da fase de habilitação da licitação da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 92** A fase da habilitação é dividida em fiscal, social, trabalhista, técnica, jurídica, societária e econômico-financeira.
- 93** A apresentação dos documentos será exigida apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a fase de julgamento.
- 94** Quanto à qualificação econômico-financeira, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.
- 95** A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 20% do valor estimado da contratação.

Com relação aos contratos administrativos regulados pela Lei nº 14.133/2021, julgue os itens seguintes.

- 96** A contratação será feita de forma escrita, não sendo permitidas as contratações verbais em consonância com o princípio da legalidade e da segurança jurídica.
- 97** No caso de contratação direta, para assegurar a eficácia do contrato, a divulgação deverá ser realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da sua assinatura.
- 98** A critério da autoridade competente, em cada caso, deverá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

- 99** São modalidades de garantia: caução em dinheiro; caução em títulos da dívida; seguro-garantia; e fiança bancária.
- 100** O regime jurídico dos contratos confere à Administração a prerrogativa de alterar unilateralmente os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento.
- 101** Nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até cinco anos.
- 102** Na contratação que envolva a execução de um escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado caso o objeto não seja concluído dentro do período estabelecido no contrato.
- 103** A inadimplência do contratado em relação aos encargos resultará na responsabilidade solidária da Administração pelos encargos previdenciários e subsidiária pelos encargos trabalhistas, caso seja comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, em qualquer contratação de serviços.
- 104** Os preços dos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra serão repactuados para manter o equilíbrio econômico-financeiro, com base na variação dos custos contratuais, considerando a data do dissídio coletivo vinculado aos custos de mão de obra.
- 105** Em casos justificados, a Administração Pública pode determinar a execução de prestações distintas das originalmente contratadas, mesmo sem a necessidade de termo aditivo.

Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e na Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, julgue os itens a seguir.

- 106** No início do processo administrativo, é vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- 107** No âmbito do processo administrativo, a competência é irrenunciável e deve ser exercida pelos órgãos administrativos aos quais foi legalmente atribuída, salvo no caso de delegação da edição de atos normativos.
- 108** Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- 109** Com base na Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente – nos âmbitos administrativos, penal e civil – pelos atos lesivos praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

- 110** As sanções previstas na Lei Anticorrupção somente poderão ser impostas após a conclusão de um processo administrativo, que assegure o pleno exercício do direito à ampla defesa, com todos os meios e recursos a ela correspondentes, conduzido por uma comissão composta de, no mínimo, dois servidores estáveis.
- 111** Constitui ato lesivo à Administração Pública, no âmbito da licitação e contratos, frustrar ou fraudar – mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente – o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

Com base nos conceitos e nas normas acerca da organização administrativa e dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 112** As autarquias são entidades com personalidade jurídica de direito público interno, integrantes da administração pública indireta, instituídas por meio de lei específica para desempenhar atividades próprias da Administração Pública.
- 113** As autarquias respondem de forma direta e objetiva. A Administração Direta somente poderá ser acionada judicialmente de forma subsidiária caso a autarquia não disponha de condições patrimoniais ou orçamentárias para arcar integralmente com o valor da condenação.
- 114** Atos de gestão são atos internos da Administração Pública, os quais são voltados às rotinas operacionais dos diversos serviços prestados pelos seus órgãos e pelas suas entidades.
- 115** Quando a matéria de fato ou de direito é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada, pode-se configurar vício de motivo.
- 116** Ato válido é o ato que completou as etapas necessárias para a sua existência.
- 117** O atributo da exigibilidade significa que o ato administrativo tem o poder de impor obrigações aos particulares de forma unilateral, sem a necessidade de consentimento por parte destes.
- 118** Os contratos administrativos são vínculos jurídicos de natureza bilateral, diferenciando-se dos atos administrativos, que, em regra, consistem em manifestações unilaterais da Administração Pública.

Quanto aos procedimentos de acesso à informação estabelecidos pela Lei nº 12.527/2011, julgue os itens seguintes.

- 119** A Administração Pública pode indeferir pedidos de informação que sejam protocolados sem a devida identificação do solicitante.
- 120** Em caso de indeferimento do pedido de acesso à informação ou da omissão quanto às razões da negativa, o interessado poderá interpor recurso no prazo de dez dias, contados a partir da data em que tomar ciência da decisão.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O que é a contratação direta na nova lei de licitações?

Licitatar é regra e contratar diretamente é exceção. É comum haver no ordenamento jurídico de diversos países a previsão de situações em que o procedimento licitatório não é aplicado. Esses são os casos de contratação direta. É a chamada contratação direta cujas hipóteses a Constituição Federal de 1988 delegou para a legislação, o que, em sua maioria, são disciplinadas pelas Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021.

Contratação direta é o processo de contratação pública em que é suprimida a etapa de disputa, quer dizer, a licitação.

A ausência de licitação não significa que a sua formalização é desnecessária, a instrução de processo administrativo é indispensável.

A NLL (Lei nº 14.133/2021) trouxe uma seção específica sobre o processo da contratação direta, o que não acontecia na Lei nº 8.666/1993. Basta fazer uma leitura rápida do art. 26 da Lei nº 8.666/1993 e do art. 72 da NLL para perceber que a diferença é gritante.

A NLL traz os documentos mínimos que deverão instruir os processos de contratação direta, o que certamente trará muito mais segurança jurídica aos agentes públicos.

Internet: <jusbrasil.com.br> (com adaptações).

Considerando que os textos acima tenham caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Os desafios da transparência na contratação direta pela Administração Pública

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) importância da contratação direta;
- b) situação em que ocorre a contratação direta; e
- c) mecanismos de transparência e de controle das contratações diretas.